



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETARIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Ministério da Igualdade Racial

Brasília-DF
Dezembro/2025

ÍNDICE

CONTEXTO OPERACIONAL.....	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	5
NOTAS EXPLICATIVAS	11
BALANÇO PATRIMONIAL	13
NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	13
NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO	13
NOTA 03 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	14
NOTA 04 - DEMAIS OBRIGAÇÕES.....	14
NOTA 05 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
NOTA 06 - CONTROLES CONTÁBEIS	15
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	16
NOTA 07 - RESULTADO PATRIMONIAL.....	16
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	18
NOTA 08 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	18
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	19
NOTA 09 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
BALANÇO FINANCEIRO	20
NOTA 10 – RESULTADO FINANCEIRO	20
PARTES RELACIONADAS.....	21

MINISTRA DA IGUALDADE RACIAL
Anielle Franco

SECRETÁRIA-EXECUTIVA
Rachel Barros de Oliveira

**MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS
PÚBLICOS**
Esther Dweck

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Cilair Rodrigues de Abreu

SECRETÁRIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS
Isabela Gomes Gebrim

DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
Leonardo David da Silva Luz

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE
Enoque da Rocha Costa

EQUIPE TÉCNICA:
Rafael de Souza
Alexandre Gomes Oliveira
Filipe Antunes Barros

Email: cicon.cgcon.dfc@economia.gov.br

CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério da Igualdade Racial (MIR) é um órgão público da Administração Direta, integrante da estrutura do Governo Federal, inscrito no CNPJ nº 06.064.438/0001-10, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 3º andar – CEP 70.046-900, Brasília/DF. O MIR foi criado por meio da Medida Provisória nº 1.154, posteriormente convertida na [Lei nº 14.600](#), de 19/06/2023, a qual estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Conforme o [Decreto nº 11.346](#), de 01/01/2023, constituem áreas de competência do MIR:

- I - Políticas e diretrizes destinadas à promoção da igualdade racial e étnica;
- II - Políticas de ações afirmativas e combate e superação do racismo;
- III - políticas para quilombolas, povos e comunidades tradicionais;
- IV - Políticas para a proteção e o fortalecimento dos povos de comunidades tradicionais de matriz africana e povos de terreiro;
- V - Articulação, promoção, acompanhamento e avaliação da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, destinado à implementação da promoção da igualdade racial e étnica, ações afirmativas, combate e superação do racismo;
- VI - Coordenação e monitoramento na implementação de políticas intersetoriais e transversais de igualdade racial, ações afirmativas, combate e superação do racismo;
- VII - Auxílio e proposição aos órgãos competentes na elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária para atender de forma transversal à promoção da igualdade racial, ações afirmativas, combate e superação do racismo; e
- VIII - Coordenação das ações no âmbito do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir.

Estas e outras informações relevantes a respeito do MIR relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br>

Cabe destacar ainda que por meio da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023 foi disciplinado o compartilhamento de atividades de suporte administrativo entre Ministérios.

Estão abrangidas as atividades de administração patrimonial, de material e de espaço físico, gestão de pessoas, serviços gerais, orçamento e finanças, contabilidade, logística, contratos, planejamento governamental e gestão estratégica, tecnologia da informação e, a critérios dos órgãos envolvidos, também outras atividades de suporte administrativo.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio da Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC), atenderá inicialmente os seguintes ministérios: o próprio Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Fazenda, Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Planejamento e Orçamento; Empreendedorismo, Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e Povos Indígenas.

Posteriormente, o Ministério das Mulheres (MM), o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Ministério da Previdência Social (MPS) foram integrados ao arranjo colaborativo.

Para mais informações sobre o novo modelo de compartilhamento de atividades de administração, acesse a íntegra da [Portaria MGI nº 43/2023](#).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

Ativo	NE	Órgão	
		2025	2024
Circulante		191.451.147	125.849.700
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	3.201.441	5.296.358
Créditos a Curto Prazo	2	188.249.706	120.553.342
Demais Créditos e Valores	2.1	188.249.706	120.553.342
Demais Créditos e Valores	2.1	189.150.892	121.416.036
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	2.1 -	901.186 -	862.694
Investimentos e Aplicações Temporárias	-	-	-
Estoques	-	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-
Não Circulante		2.922.984	2.504.020
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	-
Demais Créditos e Valores	-	-	-
Demais Créditos e Valores	-	-	-
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Imobilizado	-	2.922.984	2.504.020
Bens Móveis	-	2.922.984	2.504.020
Bens Móveis	-	2.951.739	2.504.020
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	- -	28.755	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
Total do Ativo		194.374.132	128.353.720

Passivo	NE	Órgão	
		2025	2024
Circulante		5.613.680	3.302.894
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar	3	2.116.654	1.792.363
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar	-	80.091	482.831
Obrigações Fiscais	-	-	-
Transferências Fiscais	-	997.290	-
Provisões	-	-	-
Demais Obrigações	4	2.419.645	1.027.700
Não Circulante		-	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag.	3	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar	-	-	-
Obrigações Fiscais	-	-	-
Transferências Fiscais	-	-	-
Provisões	-	-	-
Demais Obrigações	4	-	-
Total do Passivo Exigível	NE	5.613.680	3.302.894
Patrimônio Líquido		188.760.452	125.050.827
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-
Reservas de Capital	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-
Demais Reservas	-	-	-
Resultados Acumulados	5	188.760.452	125.050.827
Resultado do Exercício	5	63.719.671	77.935.710
Resultados de Exercícios Anteriores	5	125.050.827	75.679.587
Ajustes de Exercícios Anteriores	5 -	10.046 -	28.564.471
Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		194.374.132	128.353.720

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	Órgão	
	2025	2024
Ativo	194.374.132	128.353.720
Financeiro	3.201.441	5.296.358
Permanente	191.172.691	123.057.363
Passivo	18.250.564	24.145.617
Financeiro	17.531.014	23.445.522
Permanente	719.550	700.095
Saldo Patrimonial	176.123.568	104.208.104

Quadro das Contas de Compensação

Contas de Compensação	Órgão	
	2025	2024
Ativos	963.950	75.000
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	75.000	75.000
Passivos	86.042.208	37.081.224
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	47.275.010	33.068.335
Obrigações Contratuais	38.767.198	4.012.889
Saldo Patrimonial	- 85.078.258	- 37.006.224

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

Superávit/Déficit Financeiro	Órgão	
	2025	2024
Recursos Não Vinculados	- 14.673.766	- 17.871.981
Recursos Vinculados	344.193	277.183
Previdência Social (RPPS)	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-
Dívida Pública	- 95	- 277.183
Total	- 14.329.573	- 18.149.164

Demonstração das Variações Patrimoniais

Variação Patrimonial	NE	Órgão	
		2025	2024
Aumentativa	7.1	270.939.788	233.711.993
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		5.762	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		2.266.254	1.693.068
Transferências e Delegações Recebidas		176.401.143	135.664.538
Transferências Intragovernamentais		175.936.136	133.155.593
Outras Transferências e Delegações		465.006	2.508.945
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos		85.919.753	80.619.741
Ganhos com Incorporação de Ativos		85.919.753	80.500.389
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		6.346.876	15.734.646
Diversas Variações Patrimoniais		6.346.876	15.734.646
Diminutiva	7.2	207.220.117	155.776.283
Pessoal e Encargos		21.455.794	19.006.447
Remuneração a Pessoal		15.428.626	13.037.819
Encargos Patronais		2.440.761	2.159.698
Benefícios a Pessoal		2.623.303	2.287.433
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas -		963.104	1.521.496
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		118.534	62.272
Outros Benefícios Previdenciários e		118.534	62.272
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital		27.288.071	7.067.350
Serviços		27.259.316	7.066.730
Depreciação, Amortização e Exaustão		28.755	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		1	2.547
Juros e Encargos de Mora		1	2.547
Transferências e Delegações Concedidas		132.162.890	104.724.984
Transferências Intragovernamentais		92.208.826	83.411.802
Transferências Intergovernamentais		21.927.875	11.540.661
Transferências ao Exterior		18.023.059	9.767.596
Outras Transferências e Delegações		3.130	4.924
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		26.192.865	24.910.413
Perdas Involuntárias		4.111	-
Desincorporação de Ativos		18.571.557	8.354.174
Tributárias		-	221
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.961	2.049
Diversas Variações Patrimoniais		1.961	2.049
Resultado Patrimonial do Período	7	63.719.671	77.935.710

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa	Órgão	
	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	- 1.987.188	4.267.844
INGRESSOS	177.846.933	133.981.984
Outros Ingressos Operacionais	177.846.933	133.981.984
Ingressos Extraorçamentários	909.102	24.917
Transferências Financeiras	175.936.136	133.085.593
Arrecadação de Outra Unidade	1.001.695	871.474
DESEMBOLSOS	- 179.834.121	- 129.714.141
Pessoal e Demais Despesas	- 33.302.420	- 18.926.428
Administração	- 1.982	- 147.196
Relações Exteriores	- 4.916	- 4.890
Previdência Social	-	- 28.104
Educação	- 2.619	-
Direitos da Cidadania	- 33.292.902	- 18.746.238
Encargos Especiais	-	-
Transferências Concedidas	- 41.819.855	- 22.819.663
Intergovernamentais	- 423.765	- 307.797
A Estados e/ou Distrito	-	- 204.557
A Municípios	- 423.765	- 103.240
Intragovernamentais	- 2.383.380	- 1.994.236
Outras Transferências Concedidas	- 39.012.710	- 20.517.629
Outros Desembolsos Operacionais	- 104.711.845	- 87.968.050
Dispêndios Extraorçamentários	- 10.452	- 24.917
Transferências Financeiras	- 92.208.826	- 83.411.802
Demais Pagamentos	- 12.492.567	- 4.531.331
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	- 107.729	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	- 107.729	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	- 2.094.917	4.267.844
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.296.358	1.028.514
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.201.441	5.296.358

Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Órgão			
	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Corrente	-	-	-	-
Receita Tributária	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Subtotal de Receitas	-	-	-	-
Total das Receitas Orçamentárias	-	-	-	-
Refinanciamento	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas - Mobiliária	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento	-	-	-	-
Déficit	-	-	70.450.556	70.450.556
Total	-	-	70.450.556	70.450.556
Créditos Cancelados	-	-	25.311.148	-

Despesas Orçamentárias	Órgão					
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Corrente	186.254.583	185.780.590	69.899.381	59.955.660	56.618.885	115.881.209
Pessoal e Encargos Sociais	17.508.917	19.671.123	18.913.907	18.598.768	16.608.960	757.216
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	168.745.666	166.109.467	50.985.474	41.356.892	40.009.925	115.123.993
Capital	31.643.577	6.806.422	551.175	464.802	464.802	6.255.247
Investimentos	31.643.577	6.806.422	551.175	464.802	464.802	6.255.247
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas	217.898.160	192.587.012	70.450.556	60.420.461	57.083.687	122.136.456
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento	217.898.160	192.587.012	70.450.556	60.420.461	57.083.687	122.136.456
Superávit	-	-	-	-	-	-
Total	217.898.160	192.587.012	70.450.556	60.420.461	57.083.687	122.136.456

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Restos a Pagar Não Processado	Órgão					
	Inscritos Ex. Anteriores	Insc. 31/12 Ex. Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	1.613.727	17.529.139	15.010.315	15.010.315	1.328.995	2.803.555
Pessoal e Encargos Sociais	155.614	374.897	289.600	289.600	-	240.912
Outras Despesas Correntes	1.458.112	17.154.242	14.720.716	14.720.716	1.328.995	2.562.643
Despesa de Capital	808.243	1.441.000	1.107.452	1.107.452	705.800	435.991
Investimentos	808.243	1.441.000	1.107.452	1.107.452	705.800	435.991
Total	2.421.970	18.970.139	16.117.767	16.117.767	2.034.796	3.239.546

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Restos a Pagar Processado	Órgão				
	Insc. Ex. Anteriores	Insc. 31/12 Ex. Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	4.572	2.049.928	2.028.550	-	25.950
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.310.919	1.310.919	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.572	739.009	717.631	-	25.950
Despesa de Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
Total	4.572	2.049.928	2.028.550	-	25.950

Balanço Financeiro

INGRESSOS	Órgão	
	2025	2024
Receitas Orçamentárias	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	175.936.136	133.085.593
Resultantes da Execução Orçamentária	154.403.585	121.947.976
Cota Recebida	154.403.585	121.947.976
Repasse Recebido	-	-
Sub-repasse Recebido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	21.532.551	11.137.617
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	9.519.121	2.920.861
Demais Transferências Recebidas	129.336	4.128.471
Movimentação de Saldos Patrimoniais	11.884.095	4.088.284
Recebimentos Extraorçamentários	15.277.665	21.916.459
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.336.774	2.049.928
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	10.030.094	18.970.139
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	909.102	24.917
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.001.695	871.474
Arrecadação de Outra Unidade	1.001.695	871.474
Saldo do Exercício Anterior	5.296.358	1.028.514
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.296.358	1.028.514
TOTAL	196.510.159	156.030.566

DISPÊNDIOS	Órgão	
	2025	2024
Despesas Orçamentárias	70.450.556	58.216.082
Ordinárias	70.424.183	58.216.082
Vinculadas	26.373	-
Previdência Social (RPPS)	-	-
Fundos, Órgãos e Programas	26.373	-
Transferências Financeiras Concedidas	92.208.826	83.411.802
Resultantes da Execução Orçamentária	92.208.826	83.411.802
Repasse Concedido	92.208.826	79.812.188
Sub-repasse Concedido	-	-
Cota Devolvida	-	3.599.614
Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Movimento de Saldos Patrimoniais	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	30.649.336	9.106.324
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.028.550	1.246.727
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	16.117.767	3.303.349
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.452	24.917
Outros Pagamentos Extraorçamentários	12.492.567	4.531.331
Demais Pagamentos	12.492.567	4.531.331
Saldo para o Exercício Seguinte	3.201.441	5.296.358
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.201.441	5.296.358
TOTAL	196.510.159	156.030.566

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Patrimônio/Capital Social	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024		75.679.587	75.679.587
Variação Cambial			
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	28.564.471	- 28.564.471
Aumento/Redução de Capital			
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas			
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos			
Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Resultado do Exercício		77.935.710	77.935.710
Constituição/Reversão de Reservas			
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio			
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação			
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação			
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
Saldo Final do Exercício 2024		125.050.827	125.050.827

Especificação	Patrimônio/Capital Social	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025		125.050.827	125.050.827
Variação Cambial			
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	10.046	- 10.046
Aumento/Redução de Capital			
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas			
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos			
Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Resultado do Exercício		63.719.671	63.719.671
Constituição/Reversão de Reservas			
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio			
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação			
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação			
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
Saldo Final do Exercício 2025		188.760.452	188.760.452

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis: Exercício Financeiro de 2025

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do MIR.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do MIR que são integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- i. Balanço Patrimonial (BP);
- ii. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- iii. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- iv. Balanço Orçamentário (BO);
- v. Balanço Financeiro (BF);
- vi. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- vii. Notas Explicativas.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas

representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

O Balanço Orçamentário, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício.

2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste MIR, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público:

A) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

B) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

C) Créditos de Curto e Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- i. demais valores.

Os valores são mensurados pelo custo histórico, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

D) Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. demais obrigações.

E) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- i. **Resultado patrimonial:** A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superavit/Deficit do Exercício".

O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

- ii. **Consolidação:** Na elaboração das Demonstrações Contábeis do MIR, foram utilizados critérios de consolidação de itens das demonstrações que compensam ou eliminam as transações que possuem o 5º nível da conta contábil igual a 2 ("intragovernamental") das contas de natureza de informação patrimonial. Essas contas não são eliminadas no processo de elaboração das demonstrações contábeis do MIR porque o Siafi não está parametrizado para realizar a consolidação a nível de Órgão/Ministério, mas apenas no nível do Balanço Geral da União (BGU).
- iii. **Resultado orçamentário:** O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- iv. **Resultado financeiro:** representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa

F) Composição do Órgão e Órgão Superior

ÓRGÃO

MIR

Secretaria de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo

Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Ciganos

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. A tabela a seguir demonstra a composição da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Detalhamento	Órgão		AH	AV
	31/12/2025	31/12/2024		
Moeda Nacional	3.201.441	5.296.358	-40%	100%
Total	3.201.441	5.296.358	-40%	100%
Circulante	3.201.441	5.296.358		
Não Circulante	-	-		

1.1 Moeda Nacional

A tabela a seguir demonstra a composição da “Moeda Nacional” item mais significativo da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Moeda Nacional	Órgão		AH	AV
	31/12/2025	31/12/2024		
Limite De Saque	3.201.441	5.296.358	-40%	100%
Total	3.201.441	5.296.358	-40%	100%
Circulante	3.201.441	5.296.358		
Não Circulante	-	-		

NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO

2.1 Demais Créditos

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos grupos de contas anteriores) realizáveis no curto e longo prazo.

Demais Créditos e Valores	Órgão		AH	AV
	31/12/2025	31/12/2024		
Adiantamento TED	187.993.756	120.389.292	56%	77%
Créditos por Dano ao Patrimônio	56.721.277	49.104.080	16%	23%
Adiantamento Concedidos a Pessoal	255.950	164.051	56%	0%
Subtotal	244.970.983	169.657.422	44%	100%
(-) Ajuste para Perdas	- 56.721.277	- 49.104.080	16%	-30%
Total	188.249.706	120.553.342	56%	70%

2.1.1 Adiantamento - TED

Compreende os direitos decorrentes de adiantamentos concedidos, por termos de execução descentralizada. O TED é o Instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática, disciplinado pelo Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020”. As parcerias que envolvem a descentralização de créditos pelo MIR encontram-se disponíveis em: [Transferências Voluntárias – Ministério da Igualdade Racial \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/transferencias-voluntarias)

2.1.2 Créditos por Dano ao Patrimônio

Os Créditos por Dano ao Patrimônio são valores apurados por meio de Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas pelo Órgão contra responsáveis pela gestão de recursos públicos que foram encaminhadas ao TCU. Esses créditos são provenientes de danos ao erário e têm como objetivo o ressarcimento dos valores à administração pública.

O montante registrado corresponde ao valor atualizado de realização, apurado com base na ferramenta Sistema de Atualização de Débito, disponibilizada no portal do TCU. Essa atualização considera os índices oficiais aplicáveis para correção monetária e juros, quando cabíveis.

A atualização dos créditos já contabilizados é feita anualmente, no mês de dezembro, visando refletir de forma precisa o valor recuperável dos bens. Essa prática assegura que os saldos registrados no balanço patrimonial estejam alinhados com as condições econômicas e financeiras vigentes.

A) Ajuste para Perdas – TCE

O Ajuste para Perdas refere-se ao processo de estimativa de redução do valor recuperável dos créditos registrados em função da probabilidade de inadimplência ou não recuperação desses montantes. Essa prática está em conformidade com os princípios de contabilidade aplicada ao setor público, garantindo a aderência às normas de reconhecimento de ativos.

Conforme a Macrofunção 020342 - Ajustes para Perdas Estimadas, no item 6.2: "Para mensuração do valor recuperável dos créditos a receber, recomenda-se a utilização da metodologia baseada no histórico de recebimentos passados (...)."

Com base nessa diretriz, o cálculo do Ajuste para Perdas relacionados às Tomadas de Contas Especiais utilizou uma metodologia que considerou a análise histórica, na qual foram avaliados os dados dos últimos três exercícios financeiros para identificar padrões de inadimplência ou recuperação parcial dos créditos registrados. Essa análise é feita considerando o comportamento real dos pagamentos recebidos no período.

Cabe destacar que a metodologia é revisada anualmente, considerando novos dados e mudanças nas condições econômicas, jurídicas ou administrativas que possam impactar a recuperação dos créditos.

NOTA 03 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

As obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e assistenciais registradas pelo MIR estão descritas na tabela abaixo:

Detalhamento	Órgão		AH	AV
	31/12/2025	31/12/2024		
Salários, remunerações e benefícios	1.914.402	1.629.482	17%	90%
INSS Contribuição	198.493	159.957	24%	9%
Benefícios Previdenciários	3.759	2.923	29%	0%
Total	2.116.654	1.792.363	18%	100%
Circulante	2.116.654	1.792.363		
Não Circulante	-	-		

O montante apresentado em 31/12/2025 decorre do fato das Ordem Bancárias (OB) geradas, a partir de um documento hábil do tipo "FL" (folha), serem emitidas apenas no primeiro dia útil subsequente (D+1). A rotina do

pagamento de pessoal ativo e inativo ocorre da seguinte forma: a despesa orçamentária é liquidada na última semana de cada mês e a Ordem de Pagamento (OP) é feita no último dia útil. Entretanto, a Ordem Bancária (OB) só é gerada no primeiro dia útil subsequente ao pagamento, onde ocorre a baixa dos recursos financeiros e a quitação da obrigação.

NOTA 04 - DEMAIS OBRIGAÇÕES

As Demais Obrigações compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores do Passivo e constituem-se das obrigações com pessoal, retenções e consignação, bem como as transferências recebidas pendentes de comprovação.

Demais Obrigações	Órgão		AH	AV
	31/12/2025	31/12/2024		
Consignações	770.397	274.011	181%	32%
TED	700.000	700.000	0%	29%
Devoluções de Convênios	504.001	-	100%	21%
Depósitos Judiciais e Não Judiciais	394.648	-	100%	16%
Outros	50.598	53.689	-6%	2%
Total	2.419.645	1.027.700	135%	100%

Circulante	2.419.645	1.027.700
Não Circulante	-	-

NOTA 05 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido está detalhado de acordo com a tabela abaixo:

PL	Órgão		AH	AV
	31/12/2025	31/12/2024		
Resultado do Exercício	63.719.671	77.935.710	-18%	34%
Result. de Ex. Anteriores	125.050.827	75.679.587	65%	66%
Ajustes de Ex. Anteriores	- 10.046	- 28.564.471	-100%	0%
Total	188.760.452	125.050.827	51%	100%

NOTA 06 - CONTROLES CONTÁBEIS

6.1 Atos Potenciais

6.1.1 Atos Potenciais Passivos

6.1.1.1 Convênios e Instrumentos Congêneres

A execução de valores relacionados a convênios e outros instrumentos congêneres envolve a formalização de parcerias entre a administração pública e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum. Esses instrumentos possibilitam a transferência de recursos financeiros para a execução de projetos e ações que contribuam para o desenvolvimento social, econômico e institucional.

Os convênios são regulados por normativos específicos e exigem a observância de critérios técnicos, jurídicos e financeiros para garantir a correta aplicação dos recursos públicos. A prestação de contas e o acompanhamento da execução são etapas essenciais para assegurar a transparência e a efetividade das ações financiadas.

A tabela a seguir apresenta o estoque de prestações de contas do MIR, classificado conforme o ano de encerramento da vigência dos convênios e demais instrumentos congêneres celebrados pelo órgão.

Estoque de Prestação de Contas	31/12/2025	31/12/2024	AH	AV
Entre 2006 e 2009	3.602.577	3.602.577	0%	1%
Entre 2010 e 2012	2.886.235	2.886.235	0%	1%
Entre 2013 e 2015	3.253.900	3.253.900	0%	1%
Entre 2016 e 2018	6.575.664	7.734.679	-15%	2%
Entre 2019 e 2021	4.398.253	18.735.503	-77%	1%
Entre 2022 e 2024	33.746.369	34.824.379	-3%	11%
Vencidas em 2025	128.275.362	98.378.489	0%	41%
A Vencer	120.057.916	31.811.993	277%	38%
Sem Informação	11.937.683	14.581.072	-18%	4%
Total	314.733.959	215.808.827	46%	100%

Para mais detalhes sobre os convênios, incluindo a consulta à data de fim de vigência dos instrumentos, acesse o site do [TransfereGov](#), plataforma oficial ara gestão, acompanhamento e prestação de contas dessas transferências.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

NOTA 07 - RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado em **dezembro de 2025** foi **superavitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

Resultado Patrimonial	Órgão		AH	AV
	31/12/2025	31/12/2024		
VPA	270.939.788	233.711.993	16%	116%
VPD	207.220.117	155.776.283	33%	89%
Total	63.719.671	77.935.710	-18%	27%

I. Consolidação

A descentralização de recursos financeiros, no âmbito do MIR, ocorre através do Limite de Saque, que permite a vinculação de recursos às respectivas despesas. A operacionalização do Limite de Saque está prevista na Macrofunção Siafi 020303.

No Siafi, os lançamentos contábeis da descentralização e vinculação de recursos são executados mediante a utilização de contas contábeis intragovernamentais. Conforme mencionado anteriormente, o Siafi não está parametrizado para realizar a consolidação a nível de Órgão/Ministério, mas apenas no nível do Balanço Geral da União.

Em decorrência disso, as contas de VPA e VPD se apresentam superavaliada devido à rotina de descentralização de recursos financeiros. Ressalta-se que ocorre a descentralização da Setorial Orçamentária e Financeira para a UG beneficiária do recurso.

Nos moldes da NBC TSP – Estrutura Conceitual, para que a informação contábil seja útil, ela deve retratar a essência ou a substância das transações, bem como corresponder fielmente aos fatos econômicos que pretende representar. Essa setorial realizou a consolidação da demonstração contábil, evitando-se assim a superavaliação nas contas VPA e VPD, conforme quadro abaixo:

Demonstração da Variação Patrimonial	31/12/2025	Consolidação	Saldo após Ajuste
Transferências e Delegações Recebidas	347.192.539	- 170.791.396	176.401.143
Transferências e Delegações Concedidas	302.954.287	- 170.791.396	132.162.890

Demonstração da Variação Patrimonial	31/12/2024	Consolidação	Saldo após Ajuste
Transferências e Delegações Recebidas	286.380.850	- 150.716.312	135.664.538
Transferências e Delegações Concedidas	255.441.296	- 150.716.312	104.724.984

7.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MIR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

VPA	Órgão		AH	AV
	31/12/2025	31/12/2024		
Transferências e Delegações Recebidas	176.401.143	135.664.538	30%	65%
Valoriz. e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos	85.919.753	80.619.741	7%	32%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	6.346.876	15.734.646	-60%	2%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.266.254	1.693.068	34%	1%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	5.762	-	100%	0%
Total	270.939.788	233.711.993	16%	100%

7.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MIR, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

VPD	Órgão		AH	AV
	31/12/2025	31/12/2024		
Transferências e Delegações Concedidas	132.162.890	104.724.984	26%	64%
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	27.288.071	7.067.350	286%	13%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	26.192.865	24.910.413	5%	13%
Pessoal e Encargos Sociais	21.455.794	19.006.447	13%	10%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	118.534	62.272	90%	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.961	2.049	0%	0%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1	2.547	-100%	0%
Total	207.220.117	155.776.283	33%	100%

7.3 Desempenho Financeiro

A tabela abaixo compara o Resultado Financeiro (confronto entre as VPA financeiras e VPD financeiras), com o mesmo período do exercício anterior.

Detalhamento	Órgão	
	31/12/2025	31/12/2024
VPA Financeiras	2.266.254	1.693.068
VPD Financeiras	- 1 -	2.547
Total	2.266.253	1.690.521

7.4 Desempenho Não Financeiro

Na tabela abaixo, é apresentado o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos da VPA financeira e VPD financeira.

Detalhamento	Órgão	
	31/12/2025	31/12/2024
VPA Não Financeiras	268.673.534	232.018.925
VPD Não Financeiras	- 207.220.118 -	155.778.829
Total	61.453.416	76.240.095

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 08 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário é apurado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício, conforme o critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Em **31/12/2025**, o resultado orçamentário foi deficitário em R\$ 70,5 Milhões conforme tabela abaixo:

Resultado Orçamentário	Órgão	
	31/12/2025	31/12/2024
Orçamento Corrente	- 69.899.381	- 40.244.244
Orçamento de Capital	- 551.175	- 570.000
Total	- 70.450.556	- 40.814.244

Conforme evidenciado no Balanço Orçamentário, o empenho de despesas atingiu 36,58% da dotação atualizada (R\$ 192,6 milhões). Por sua vez, não houve a realização das receitas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTA 09 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde à variação líquida entre os fluxos de entrada e saída de recursos ao longo do período. Em 31/12/2025, essa variação foi negativa em R\$ 2 milhões.

Geração Líquida de Caixa	Órgão	
	31/12/2025	31/12/2024
Atividades Operacionais	- 1.987.188	4.267.844
Atividades de Investimento	- 107.729	-
Atividades de Financiamento	-	-
Total	- 2.094.917	4.267.844

9.1 Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais em 31/12/2025 apresentou um saldo negativo de R\$ 2 milhões. Decorrente principalmente dos ingressos de transferências financeiras recebidas e desembolsos com Direitos de Cidadania, Pessoal e transferências financeiras concedidas.

9.2 Atividades de Investimento

A geração líquida de caixa nas atividades de investimento foi negativa de R\$ 107 mil.

9.3 Atividades de Financiamento

Assim como nas atividades de investimento, a geração líquida de caixa das atividades de financiamento não teve impacto no resultado consolidado.

As variações identificadas estão detalhadas nas notas explicativas que compõem este documento.

BALANÇO FINANCEIRO

NOTA 10 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), somado ao resultado das transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e ainda o resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo os restos a pagar).

No ano de 2025, o resultado financeiro foi deficitário em R\$ 2 milhões, e sua formação é detalhada na tabela a seguir:

Resultado Financeiro	Órgão	
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado Orçamentário	- 70.450.556	- 58.216.082
Receita Orçamentária	-	-
Despesas Orçamentária	70.450.556	58.216.082
Resultado das Transf. Financeiras	83.727.310	49.673.791
Transferências Financeiras Recebidas	175.936.136	133.085.593
Transferências Financeiras Concedidas	92.208.826	83.411.802
Resultado Extraorçamentário	- 15.371.671	12.810.134
Recebimentos Extraorçamentários	15.277.665	21.916.459
Pagamentos Extraorçamentários	30.649.336	9.106.324
Total	- 2.094.917	4.267.844

As variações identificadas estão detalhadas nas notas explicativas que compõem este documento.

PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCTSP 22, considera-se parte relacionada qualquer pessoa ou entidade com capacidade de:

- a) Controlar outra parte;
- b) Exercer influência significativa sobre as decisões financeiras e operacionais de outra parte; ou
- c) Estar sujeita a controle comum.

Incluem-se entre as partes relacionadas:

- a) Entidades que controlam ou são controladas, direta ou indiretamente, pela entidade que reporta;
- b) Coligadas, conforme definido na NBCTSP 18 – Investimento em Coligada e Empreendimento Controlado em Conjunto;
- c) Indivíduos com participação direta ou indireta na entidade que reporta, conferindo-lhes influência significativa, bem como seus familiares próximos;
- d) Peças-chave da administração e seus familiares próximos;
- e) Entidades nas quais os indivíduos descritos nos itens 3 e 4 possuem participação substancial ou sobre as quais exercem influência significativa.

Pessoal-Chave da Administração

Pessoas-chave da administração incluem:

- a) Diretores ou membros do corpo administrativo da entidade;
- b) Pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade.

No contexto governamental, incluem-se:

- a) Membros do corpo administrativo de entidades governamentais com autoridade sobre o planejamento e controle das atividades da entidade;
- b) Assessores-chave desses membros;
- c) A alta administração da entidade que reporta, incluindo o dirigente máximo, exceto quando já incluído na alínea (a).

Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Na União, devido à complexidade do tema, não há um único sistema que concentre informações detalhadas. Os principais sistemas e fontes de Informações são:

1. O Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe), sob supervisão da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP), centraliza a gestão de pessoal no Poder Executivo.
2. O Painel Estatístico de Pessoal (PEP), acessível em painel.pep.planejamento.gov.br, apresenta informações sobre despesas, distribuição de servidores por faixa de remuneração e outros dados organizacionais.
3. O Portal da Transparência (www.transparencia.gov.br) permite consultas individualizadas de remunerações no Poder Executivo Federal.